

representa<sup>coop</sup>

relações  
institucionais

# INFORME **RELAÇÕES INSTITUCIONAIS**

[ semanal ]

IRP Nº 44 – ano 2025

03 a 07 de novembro de 2025



## Sumário

- SENADO DISCUTE SEGURO RURAL NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS;
- ALEP APROVA PROJETO DE LEI QUE AMPLIA ACESSO DE EMPRESAS E COOPERATIVAS AO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO PARANÁ;
- DESTAQUES DA SEMANA DE DECISÕES NO PARANÁ;
- CONGRESSISTAS MIRAM SENADO E GOVERNOS DE ESTADO;
- A LÓGICA DO CARREIRISMO POLÍTICO NO BRASIL;
- DESTAQUE DE PROPOSIÇÃO NA ALEP.

# SENADO DISCUTE SEGURO RURAL NA LDO DE 2026

O Senado se reuniu com a OCB e demais entidades representativas do setor agropecuário, em uma reunião coordenada pelo senador Efraim Filho (PB), presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), **com o objetivo de discutir a inclusão do Seguro Rural na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2026**. O encontro reforçou a importância de assegurar a não limitação orçamentária dos recursos destinados ao Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR), considerado estratégico para a gestão de riscos e a estabilidade da produção no campo. A previsibilidade desses recursos é apontada como essencial para o planejamento das atividades agropecuárias e para a mitigação de prejuízos decorrentes de eventos climáticos extremos.

Em paralelo, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) do Senado Federal realizou, no dia 5 de novembro, uma audiência pública voltada ao debate sobre o crédito emergencial como alternativa temporária à ausência de cobertura do seguro rural. Durante a discussão, a senadora Tereza Cristina (MS) informou que o Colégio de Líderes da CMO tem avançado nas negociações para incluir o Seguro Rural entre as despesas obrigatórias da LDO, o que representaria um avanço significativo para a consolidação da política de subvenção e para a previsibilidade orçamentária do setor.

A senadora é também autora do Projeto de Lei nº 2.951/2024, que compõe a Agenda Institucional do Cooperativismo e propõe a modernização do modelo brasileiro de seguro rural. A proposta busca fortalecer a governança, transparência e sustentabilidade financeira do programa, além de aprimorar a execução e ampliar o alcance dos recursos orçamentários. O texto aguarda deliberação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e é visto como um passo relevante para aprimorar a estrutura de proteção aos produtores rurais, especialmente diante dos desafios impostos pela variabilidade climática e pelos custos de produção.

A OCEPAR junto a OCB segue acompanhando de forma permanente as discussões sobre o tema, mantendo interlocução ativa com os parlamentares e demais entidades representativas do agro. A atuação busca garantir que o Seguro Rural seja tratado como um instrumento de política agrícola permanente, com execução estável e previsível, contribuindo para a resiliência econômica e produtiva do setor cooperativista e para a segurança alimentar do país.

Audiência Pública na CRA do Senado:



Acesso: <https://www.youtube.com/watch?v=PfJx774u1TQ>

## ALEP APROVA PROJETO DE LEI QUE AMPLIA ACESSO DE EMPRESAS E COOPERATRIVAS AO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO PARANÁ

A Assembleia Legislativa do Paraná (Alep) concluiu a tramitação do PL 936/2025, que amplia o acesso de empresas e cooperativas aos recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE), operacionalizados pelo programa Paraná Mais Empregos. A proposta, de iniciativa do Poder Executivo, foi aprovada em dois turnos nesta terça-feira (4) e segue agora para sanção do governador Ratinho Junior (PSD).

O projeto autoriza que empresas e cooperativas instaladas no estado, independentemente do porte, possam ser enquadradas como beneficiárias do programa em situações de calamidade pública, crises externas ou riscos econômicos relevantes. A medida surge como resposta aos prejuízos causados ao setor produtivo pelas tarifas impostas pelos Estados Unidos desde agosto de 2025.

Com a nova redação, o programa passa a contemplar também a concessão de capital de giro, além de financiamentos voltados a investimentos fixos, como compra de equipamentos e ampliação de unidades produtivas. Essa modernização busca oferecer crédito em condições mais acessíveis, estimulando a continuidade das atividades econômicas e a preservação de empregos durante períodos de instabilidade.

As alterações promovidas modificam as leis que regem o Fundo de Desenvolvimento Econômico (Lei nº 5.515/1967) e a legislação que autoriza repasses do FDE à Agência Fomento Paraná e ao Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) para a equalização de taxas de juros no âmbito do programa (Lei nº 20.165/2025). Segundo o governo estadual, há disponibilidade financeira no Fundo e compatibilidade com a Lei Orçamentária Anual para a execução das novas medidas.



# DESTAQUES DA SEMANA DE DECISÕES NO PARANÁ

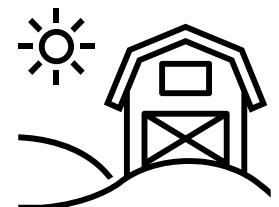
## Cadeia do Leite



O governador Carlos Massa Ratinho Júnior sancionou nesta quinta-feira a Lei nº 22.765/2025, de autoria do deputado Luis Corti (PSB), que **proíbe a reconstituição de leite em pó e outros derivados importados para consumo alimentar no Estado**. A medida representa uma vitória histórica para os produtores de leite do Paraná e consolida o Estado como referência nacional na defesa da cadeia leiteira. Seguindo o exemplo do Paraná, a Câmara dos Deputados promoveu debate em Brasília para discutir proposta de proibição da reidratação do leite em pó importado na indústria pode virar lei federal baseada na lei paranaense.

O Governo do Paraná publicou o Decreto 11711/2025 que **regulamenta a aplicação da análise dinamizada do Cadastro Ambiental Rural (CAR)**, modernizando o processo de regularização ambiental dos imóveis rurais no estado. A medida permite que o Sistema de Cadastro Ambiental Rural do Paraná (SICAR/PR) realize automaticamente a verificação e correção de dados declarados pelos proprietários, com base em imagens de satélite e mapas oficiais. O decreto também cria a Central de Regularização Ambiental do SICAR/PR e prevê apoio técnico e jurídico gratuito a pequenos proprietários, além de autorizar parcerias entre órgãos públicos para fortalecer as ações de regularização. Com isso, o Estado busca dar mais agilidade e precisão à gestão ambiental rural.

## Cadastro Ambiental Rural (CAR)



## Segurança Hídrica Rural



O Governo do Estado do Paraná, por meio da Secretaria do Planejamento (SEPL) e em parceria com diversas secretarias e entidades estaduais, abriu **uma consulta pública sobre o Programa de Segurança Hídrica (PSH)**, que prevê investimentos de US\$ 263 milhões, sendo US\$ 186 milhões financiados pelo Banco Mundial e US\$ 77 milhões como contrapartida estadual. O objetivo é **ampliar a participação social na elaboração do programa**, que busca fortalecer a gestão da água no Paraná diante dos desafios das mudanças climáticas, promovendo o uso racional dos recursos hídricos, a sustentabilidade e o desenvolvimento rural e urbano.

# CONGRESSISTAS MIRAM SENADO E GOVERNOS DE ESTADO

Levantamento realizado por institutos de análise política mostra que **99 congressistas pretendem concorrer a cargos majoritários nas eleições de 2026**. Os cargos majoritários são aqueles que não dependem do sistema proporcional — vence o mais votado —, como os de chefe do Poder Executivo nos estados (governador) e de senador da República.

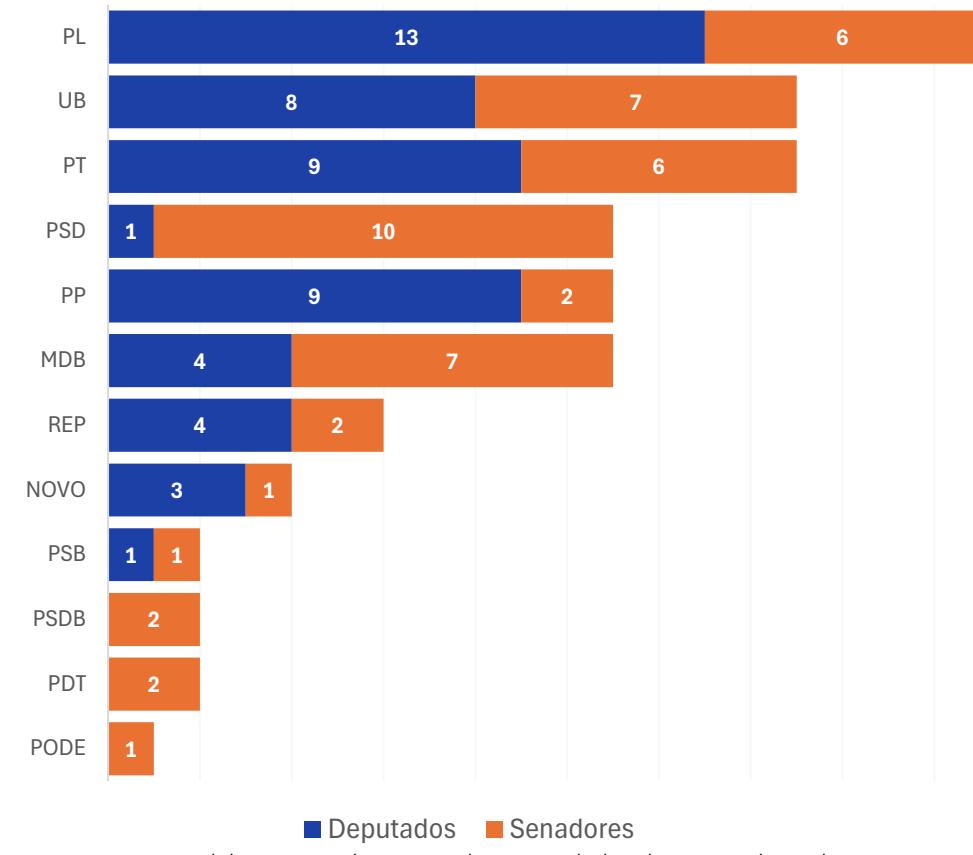
Entre os 54 senadores que encerram seus mandatos em 2026, sete ainda não decidiram ou demonstraram interesse em encerrar a carreira política. Dos demais, **17 pretendem concorrer ao governo de seus estados e outros 30 à reeleição, totalizando 47 senadores que já manifestaram suas intenções para o pleito do próximo ano**.

Na Câmara dos Deputados, **52 dos 513 parlamentares sinalizaram interesse em “progredir” na carreira política, disputando cargos de governador de seus estados ou uma das vagas no Senado**. Caso isso se confirme, um pouco mais de 10% das cadeiras da Câmara poderá ficar aberta para renovação nessa movimentação.

Aproveitando a divulgação desses dados por órgãos de pesquisa, elaboramos um compilado das intenções de candidatura por partido. **No Paraná, o senador Sérgio Moro (União Brasil) manifestou intenção de concorrer ao governo do Estado nas eleições de 2026, enquanto o deputado Felipe Barros (PL) demonstrou interesse em disputar uma das vagas ao Senado**. É importante ressaltar que esses dados refletem apenas intenções; o cenário eleitoral começará a se definir de forma mais concreta a partir de abril do próximo ano, com o avanço das articulações políticas.

A coordenação de Relações Institucionais da OCEPAR segue atenta as movimentações políticas para melhor informar nosso público sobre as eleições de 2026.

Gráfico. Intenção de concorrência por vaga majoritária, por partido, na câmara e no Senado:



Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do DataPoder e do DIAP.

# A LÓGICA DO CARREIRISMO POLÍTICO NO BRASIL

Em nosso país, um deputado concorre à prefeitura, um senador disputa o governo do estado, um prefeito se candidata ao Senado e um deputado estadual tenta o governo estadual. Por que isso acontece? Qual é a lógica do carreirismo político no Brasil?

No Brasil, as **carreiras políticas não seguem uma trajetória linear e previsível como ocorre no mercado privado**, ou até mesmo em outras democracias. Enquanto nas empresas a ascensão profissional costuma depender de desempenho, tempo de experiência e metas alcançadas, na política o avanço está mais relacionado à conjuntura eleitoral, às alianças partidárias e à capacidade de articulação com diferentes grupos de poder. Assim, o caminho que leva um político a cargos de maior destaque não é necessariamente resultado de uma sequência lógica de posições anteriores, ou uma lógica vertical do espaço de poder local para o nacional, mas de oportunidades e negociações próprias do ambiente político.

Em países com sistemas mais consolidados, é comum que as carreiras políticas sigam um percurso de crescimento gradual: lideranças locais tornam-se estaduais, depois nacionais, acumulando experiência e reconhecimento. No caso brasileiro, esse movimento é menos previsível. Deputados podem disputar governos estaduais, prefeitos podem tentar o Senado, e parlamentares experientes podem até optar por cargos executivos locais. **As trajetórias variam conforme o cálculo político de cada momento, e não por uma hierarquia institucional clara.**

Essa diferença ocorre porque **a política brasileira é fortemente marcada por fatores como o personalismo, a instabilidade partidária e o peso das redes de relacionamento**. Em vez de uma “promoção” baseada em desempenho e instituições partidárias fortes, as oportunidades de avanço dependem de alianças, visibilidade pública e recursos eleitorais. Dessa forma, o êxito político se apoia na habilidade de navegar entre diferentes grupos e contextos.

Em síntese, enquanto o mercado privado valoriza trajetórias ascendentes e previsíveis, a carreira política no Brasil se constrói de forma menos verticalizada e estratégica. O sucesso depende menos de uma progressão funcional e mais da capacidade de adaptação ao cenário político, da leitura das conjunturas e da manutenção de capital político. Essa característica faz com que as carreiras políticas no país refletem a própria natureza dinâmica do sistema político brasileiro.



# DESTAQUE DE PROPOSIÇÃO APRESENTADA NA ALEP

## Detalhes das proposições:

Ato Proposição	Autor	Assunto	Ementa	Status e texto completo
<a href="#"><u>PL 1015/2025</u></a>	Poder Executivo (PSD)	Conectividade Rural	Institui o Programa de Melhorias do Sistema de Telecomunicação e Conectividade Rural do Paraná - ParanáConectado.	Aprovado na CCJ

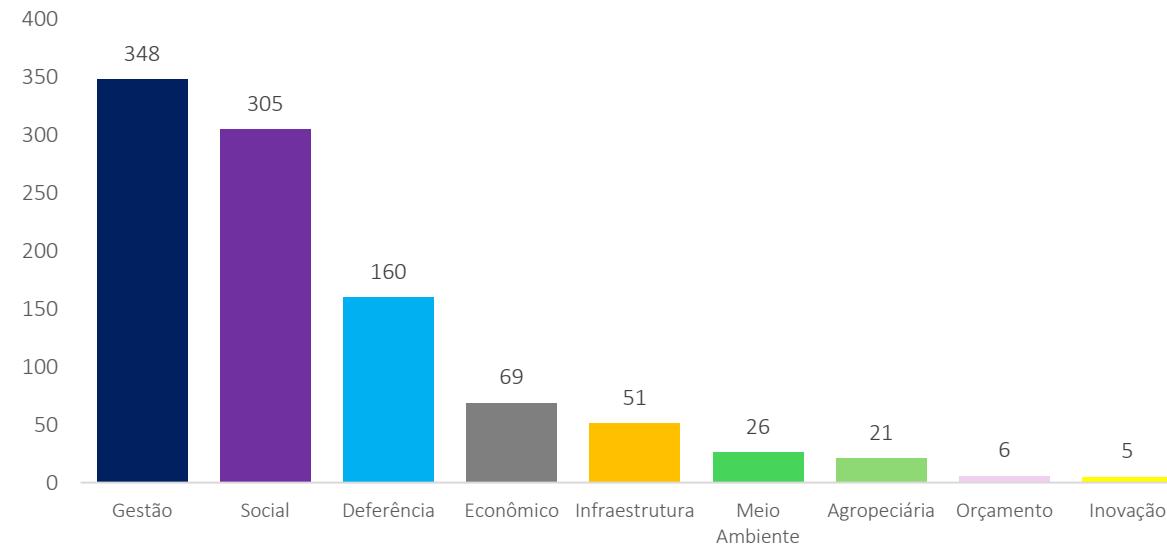
A proposição visa instituir o Programa ParanáConectado, voltado à expansão da conectividade e da infraestrutura de telecomunicações no meio rural do Paraná, com foco em levar **internet de alta velocidade e telefonia móvel a produtores, comunidades tradicionais, cooperativas e agroindústrias**. O programa busca promover a **inclusão digital, a inovação tecnológica e o desenvolvimento sustentável no campo**, prevendo instrumentos como linhas de crédito, subvenções, incentivos fiscais e parcerias público-privadas para viabilizar investimentos em conectividade. A iniciativa será coordenada pela Secretaria da Inovação e Inteligência Artificial (SEIA) e pela Secretaria da Agricultura e do Abastecimento (SEAB), com financiamento do Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE), após a aprovação da lei, o prazo de regulamentação será de até 90 dias.

Opine sobre as proposições através do forms: <https://forms.cloud.microsoft/r/zduJF2AEeS>.

# DADOS LEGISLATIVOS ALEP-2025

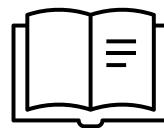
Apresentamos um compilado de dados da Assembleia Legislativa do Paraná referentes ao ano de 2025. O levantamento traz um panorama geral das atividades parlamentares, incluindo o número de proposições por tema, horas de debates realizadas em plenário e o total de audiências públicas promovidas ao longo do ano, contribuindo para o monitoramento da agenda legislativa estadual.

Gráfico 1 – N de proposições apresentadas por tema na ALEP:



Fonte: RI/GETEC – OCEPAR, com base nos dados disponibilizados pela ALEP.

Números do trabalho legislativo da ALEP em 2025:



Total de proposições apresentas

Projetos de Lei: 1023

Projetos de Lei Complementar: 11

Propostas de Emendas a Constituição: 5

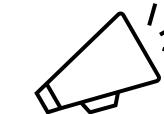
Decretos Legislativos: 15

Total: 1043 proposições;



Audiências Públicas

Audiências Públicas realizadas: 67



Sessões Plenárias

Sessões Ordinárias: 104

Extraordinárias: 11

CCJ: 34 Reuniões

Debates: 156 horas de debate em plenário;



Demais eventos institucionais

Sessões Solenes: 54

Sessões de Interiorização: 12

Audiências Públicas externas: 11

Como podemos melhorar nosso Informe?

Acesse o formulário pelo QR-code abaixo ou no link  
<https://forms.office.com/r/xYwjCXWMUh> e deixe sua  
sugestão e/ou opinião.

